



**DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DECRETO FEDERAL 11.462/2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:**

**EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.**

Assinado digitalmente por:  
DITMAR ALFONSO ZIMATH  
CPF: \*\*\*.983.039-\*\*  
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5  
Data: 11/10/2024 15:40:05 -03:00

**DITMAR ALFONSO ZIMATH**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2024

DATA DE ABERTURA: **30/10/2024**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **30/10/2024 ÀS 14:00 HORAS**

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **14:00 HORAS DO DIA 30/10/2024** (Horário de Brasília).

LOCAL: PLATAFORMA LICITAR DIGITAL - <https://licitar.digital/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio, 100 – Centro – Departamento de Compras e Licitações, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500.

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Administração e Logística

Regência: Lei n. 14.133/2021, Decreto Federal n. 11.462/2023 e Decreto Municipal n. 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Administração e Logística

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 30/10/2024, no Departamento de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as seguintes condições:

O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Licitar Digital – (<https://licitar.digital/>).

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, esta licitação será **EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI**.

## 2. DO VALOR ESTIMADO

2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 991.132,71 (novecentos e noventa e um reais, cento e trinta e dois reais, setenta e um centavos), conforme custo unitário apostado no Termo de Referência, anexo.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à PLATAFORMA LICITAR DIGITAL - <https://licitar.digital/>.

3.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Licitar Digital, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.4. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

3.5. Não será admitido a participação de empresas em consórcio.

## 4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME





4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

5.1- O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação DO PREGÃO ELETRÔNICO deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Navegantes, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO;

5.5 - A participação no PREGÃO ELETRÔNICO se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e





documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.





( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 6. PARTICIPAÇÃO

6.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

6.2. Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.5. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEICOMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

**6.6. Poderão participar dos itens 01,05,06 e 12 , do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, autorizadas**





na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste edital.

6.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.8. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.9. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

6.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.11. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

7.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. **Até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;**

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.





## 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;

8.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas (ANEXO III), desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.







- 9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 9.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.
- 9.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes,





através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico <https://navegantes.sc.gov.br/>

9.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo participante no tempo máximo permitido (15 segundos).

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.20. A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.

## 10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.2. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 14.133/2021/2021, mediante justificativa.

10.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos





estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei nº 14.133/2021/2021.

10.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.11. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.**

10.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.13. **A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

10.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





10.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

## **11. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)**

11.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

11.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

## **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

13.2. Será **desclassificada** a proponente que:





13.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

13.2.2 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

13.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).

13.2.4. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.3. Caso entenda necessário, o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **aferição de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

13.4. Da apresentação de planilha de custos; ou

13.4.1. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

13.5. A diligência servirá como subsídio para decisão do (a) Pregoeiro (a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

## 14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

14.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União** - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

14.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União** - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): <https://certidoes.cgu.gov.br>;

14.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**





14.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo pregoeiro.

14.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

14.5. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**14.6. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):**

14.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.
- b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido





o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

14.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO V, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

14.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

14.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

14.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

14.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

14.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de**





**habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021/2021 (modelo disponível no anexo V deste edital).

**14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:** (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **14.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.







- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;
- e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;
- f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

#### **14.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.9.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n. 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.9.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **14.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.10.1. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

14.10.2. Apresentar Atestado ou Declaração de Qualificação Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produto compatível em características com o(s) item(ns) objeto desta licitação, cujo o licitante tenha apresentado proposta.

### **15. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**





15.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO IV.

15.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

## 16. DAS DILIGÊNCIAS

16.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

16.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA do processo licitatório.

16.3. Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

16.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) em ata.

16.5. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 361/2023.

16.6. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

16.7. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema **Licitacão Digital**, em “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”, bem como, SOMENTE, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo (a) Pregoeiro (a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras de Licitações [alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br); e/ ou [adm.licitação@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitação@navegantes.sc.gov.br).





16.8. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, no sistema **Licitar Digital**, algum e-mail diverso destes informados.

16.9. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

## 17. DOS RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. **As razões do recurso de que trata o subitem 16.1 deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

17.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

17.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema **Licitar Digital**, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações [alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br); **e/ ou** [adm.licitação@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitação@navegantes.sc.gov.br).

), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

17.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

17.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade estará autorizado (a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

## 18. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

18.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:





a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;

b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

18.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

18.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

18.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

18.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

19.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou





CONTRATO.

## 22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VIII) e da Minuta do Contrato (Anexo IX), sendo parte integrante deste edital.

## 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;
- b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;
- c) Advertência;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei 14.133/2021.

23.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

23.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

23.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.





23.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.5. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da **Licitare Digital** e nos e-mails (e-mails) sítio no prazo de até 2 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da **Licitare Digital**, conforme a legislação.

24.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico **Licitare Digital** e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o





primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

25.4. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/21.

25.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

25.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h00min às 19h00min.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 dias após sua emissão.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://licitar.digital/>, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

25.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);





ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO V – Declaração ME/EPP;

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VII – Minuta de Contrato.

ANEXO VIII – Planilha de Composição de Preço Unitário



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES.** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAIXA CABO UTP CAT. 6 (300 METROS) (2021): CABO DE 4 PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE NU, 24 AWG, ISOLADOS EM POLIETILENO ESPECIAL. CAPA EXTERNA EM PVC NÃO PROPAGANTE À CHAMA, NA COR VERMELHA. MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA DECRESCENTE (305 - 0 M) COM GRAVAÇÃO DE DIA/MÊS/ANO - HORA DE FABRICAÇÃO, SOLUÇÃO COMPLETA PARA CATEGORIA 6 QUE SUPERE OS REQUISITOS PARA REDES 1 GIGABIT SOBRE CABOS METÁLICOS. EMBALAGEM PADRÃO: CAIXA FASTBOX COM NO MÍNIMO 300 M. CABO	UND	200	R\$ 1.105,00	R\$ 221.000,00



	ELET. GIGALAN U/UTP 24AWGX4P CAT.6 CM VM ROHS. O PRODUTO DEVE ESTAR DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL				
<b>02</b>	CONECTOR MACHO RJ45 CAT. 6 (100 UNIDADES) (2021): PLUG CONECTOR DO TIPO RJ45 PARA USO EM CABEAMENTO ETHERNET COM CABOS. DEVE SEGUIR A ESPECIFICAÇÃO ANSI/TIA/EIA-568B.2. CAIXA OU PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES; CORPO EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0; MATERIAL DE CONTATO EM BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE NÍQUEL E OURO; DIÂMETRO DO CONDUTOR DE 26 A 22AWG	UND	100	R\$ 57,25	R\$ 5.725,00
<b>03</b>	RACK DE PAREDE PADRÃO 19":DIMENSÕES: 19 POLEGADAS COM ALTURA DE 12U E PROFUNDIDADE EXTERNA DE 470 MM, CARACTERÍSTICAS: CHAPA TRASEIRA PERFURADA PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, ESTRUTURA FEITA EM AÇO CARBONO PRÉ-ZINCADO COM ESPESSURA 0,95 MM, PINTURA EPÓXI-PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA, POSSUI 2 PLANOS DE RÉGUAS 19"	UND	50	R\$ 646,02	R\$ 32.301,00





	(FRONTAL/TRASEIRO) REGULÁVEIS, SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE POSSIBILITA MONTAGEM E DESMONTAGEM ATRAVÉS DE PARAFUSOS, TAMPAS LATERAIS REMOVÍVEIS ATRAVÉS DE FECHO RÁPIDO (TRAVAS), PARTE SUPERIOR COM RECORTE REGULÁVEL PARA PASSAGEM DE CABOS, TETO COM ABERTURA PARA VENTILADORES, PORTA EM ACRÍLICO, TRAVAMENTO ATRAVÉS DE FECHOS LINGÜETA COM CHAVE E SEGREDOS INDIVIDUAIS, KIT DE FIXAÇÃO INCLUSO. (PORCAS GAIOLAS E PARAFUSOS M5).				
<b>04</b>	ELETROCALHA DE RECORTE FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 50X30X2000mm SENDO ACEITA A VARIÁVEL DE 50X35X200mm, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO	UND	1.000	R\$ 59,66	R\$ 59.660,00
<b>05</b>	ELETROCALHA DE RECORTE FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 22X22X2000MM, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM	UND	2.000	R\$ 45,04	R\$ 90.080,00



	TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO.				
<b>06</b>	CANALETA DE PVC PARA SUPERFÍCIE MEDINDO 20X12X200MM COM TAMPA, CONTENDO FIXAÇÃO ADESIVA, DEVERÁ CONTER PELÍCULA DE PROTEÇÃO COM VALIDADE DO ADESIVO DE NO MÍNIMO 2 ANOS APÓS A INSTALAÇÃO	UND	3.000	R\$ 54,66	R\$ 163.980,00
<b>07</b>	CAIXA DE SOBREPOR 2 SAÍDAS P/ KEYSTONES: CAIXA DE TOMADAS APARENTE DE PAREDE PARA KEYSTONES CAT 5E CAT 6 E CAT 6A. IDEAL PARA CABEAMENTO HORIZONTAL OU SECUNDÁRIO, USO INTERNO, EM PONTO DE ACESSO NA ÁREA DE TRABALHO, PARA ACOMODAÇÃO DE CONECTORES. CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO, NÃO PROPAGA A CHAMA UL 94 V-0. POSSUI ESPAÇO PARA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR. POSSUI JANELAS AUTO-RETRATEIS PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA DAS TOMADAS NÃO UTILIZADAS. DEVE SER FORNECIDA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO. POSSUIR	UND	1.000	R\$ 79,75	R\$ 79.750,00

	CERTIFICAÇÃO UL LISTED E173971				
<b>08</b>	FITA ISOLANTE 20 METROS.APLICAÇÃO EM BAIXA VOLTAGEM, APROVAÇÃO PELAS AGÊNCIAS ABNT NBR NM 60454-3-1, ROHS COMPLIANT 2002/95/EC, COMPRIMENTO 20 METROS, ESPESSURA 0,13 MILÍMETRO, FAIXA DA TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 A 105 °C, LARGURA 18 MILÍMETROS, MATERIAL PVC, ADESIVO A BASE DE BORRACHA SENSÍVEL À PRESSÃO, RESINA DE BORRACHA, RESISTÊNCIA À RUPTURA 35 N/CM, RESISTENTE AOS RAIOS ULTRA VIOLETA .	UND	50	R\$ 19,47	R\$ 973,50
<b>09</b>	PARAFUSO FLANGEADO FENDA PHILIPS DE 4,2 X 25mm. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA FLANGEADA PHILLIPS 4,2 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	200	R\$ 33,84	R\$ 6.768,00

10	PARAFUSO CABEÇA CHATA FENDA PHILIPS 4 X 40 MM. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 4 X 40 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PRODUZIDO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 71,84	R\$ 21.552,00
11	PARAFUSO CABEÇA CHATA PONTA AGULHA FENDA PHILIPS DE 3,5 X 25 MM: PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 3,5 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; DENSIDADE.CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 73,04	R\$ 21.912,00
12	CONECTOR FÊMEA MULTILAN CAT.6 KEYSTONE PADRÃO: SISTEMA, INSERÇÃO DO CABO EM ÂNGULO DE 90° OU 180°, COMPATÍVEL COM RJ-11, ACESSÓRIO PARA PROTEÇÃO DO CONTATO IDC E MANUTENÇÃO DO CABO CRIMPADO; POSSIBILIDADE DE CRIMPAGEM T568A OU T568B; MONTAGEM RÁPIDA COM A FERRAMENTA "FAST TOOL" (NÃO NECESSITA	UND	2.000	R\$ 68.15	R\$ 136.300,00

	PUNCH DOWN); IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIA NA FACE FRONTAL, TIPO DE CONECTOR: RJ-45 FÊMEA (KEYSTONE JACK), CONEXÃO TRASEIRA: PADRÃO 110 IDC, 8 POSIÇÕES, EM BRONZE FÓSFORO ESTANHADO, PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, MATERIAL DO CORPO DO PRODUTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0.				
13	ORGANIZADOR DE CABOS VELCRO DUPLA FACE: ROLO 15 MM DE LARGURA X 5 M DE COMPRIMENTO, A FRENTE DA FITA DEVE ADERIR NAS COSTAS DA MESMA, PODE SER EMENDADA UMA FITA COM A OUTRA, TIPO: FITA DUPLA FACE SLIM	UND	50	R\$ 53,47	R\$ 2.673,50
14	EXTENSÃO 3 VIAS 10 METROS 2P+T: EXTENSÃO ELÉTRICA TENDO NO MÍNIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, NO PADRÃO ABNT 2P+T COM CABO PP BLINDADO EM MATERIAL ANTICHAMA E CONECTOR MACHO FUNDIDO.	UND	50	R\$ 73,24	R\$ 3.662,00
15	BANDEJA APOIO NOTEBOOK. BANDEJA APOIO PARA NOTEBOOK ACOPLÁVEL A SUPORTE DE	UND	25	R\$ 134,93	R\$ 3.373,25



	PISTÃO NBH-2				
<b>16</b>	BANDEJA FIXA PARA RACK VENTILADA: BANDEJA FIXA PARA MONTAGEM EM RACK VENTILADA NA COR PRETA COM PINTURA EPOXI; TAMANHO 1U / 800 mm / 19";	UND	20	R\$ 188,77	R\$ 3.775,40
<b>17</b>	KIT PARAFUSO COM PORCA GAIOLA: PARAFUSO COM PORCA DO TIPO GAIOLA PARA RACK 12MM E ROSCA M5; COMPRIMENTO DO PARAFUSO 12MM; TIPO DA CABEÇA: REDONDA TIPO PANELA COM BASE CHATA; TIPO DE FENDA PARA CHAVE PHILIPS; ROSCA TIPO M5 COM PORCA GAIOLA EM ROSCA M5; DEVERÁ SER FORNECIDO PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	15	R\$ 95,73	R\$ 1.435,95
<b>18</b>	PATCH CORD CATEGORIA 6 COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 2,5 METROS; CORES VERMELHO, AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO, CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES	UND	100	R\$ 92,04	R\$ 9.204,00





PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;				
<b>19</b>	PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT5e 1,5 METROS (2020): PATCH CORD CATEGORIA 5e COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 1,5 METROS; CORES AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO, CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES 24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;	UND	100	R\$ 51,13	R\$ 5.113,00
<b>20</b>	RÉGUA PARA RACK 6 TOMADAS NA DIAGONAL:	UND	150	R\$ 131,53	R\$ 19.729,50



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!

	RÉGUA PARA RACK PADRÃO 2 PINOS + TERRA EM FORMATO DIAGONAL; POSSUIR 6 TOMADAS; TAMANHO PADRÃO RACK 19; PINTURA EM EPOXI-PÓ TEXTURIZADA PRETO;				
<b>21</b>	LIMPA CONTATO DE SECAGEM RÁPIDA EM SPRAY COM PESAGEM MÍNIMA DE 300 ML E BICO APLICADOR	UND	50	R\$ 39,32	R\$ 1.966,00
<b>22</b>	KIT DE CHAVES PHILIPS 1/8 a 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")	UND	10	R\$ 71,49	R\$ 714,90
<b>23</b>	KIT DE CHAVE FENDA 1/8 A 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")	UND	10	R\$ 83,16	R\$ 831,60
<b>24</b>	PINCEL TRINCHA DE 1,5 POLEGADAS	UND	20	R\$ 24,06	481,20
<b>25</b>	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO: EMBALAGEM DE 1 LITRO, 99,8% DE PUREZA	UND	15	R\$ 89,46	R\$ 1.341,90
<b>26</b>	ALICATE DE BICO MEIA CANA	UND	20	R\$ 79,47	R\$ 1.589,40

	RETA 6 POLEGADAS EM AÇO CROMO-VANÁDIO, CABO INJETADO EM PVC, ISOLAÇÃO DE 1000 VOLTS.				
<b>27</b>	PARAFUSADEIRA DE MÃO:TENSÃO INICIAL DA BATERIA: 4V - TENSÃO NOMINAL: 3,6V; BATERIA DE LÍTIO 1.5AH; NÚMERO DE ROTAÇÕES 300RPM; NÚMERO DE TORQUE MÁX 2.5 N.M; CONTÉM 24 BITS PARA PARAFUSAR (H5, H4, H3, T20, T15, T10, S2, S1, S0, SL5, SL4, SL3, PZ2, PZ1, PH3, PH2, PH1); 01 CABO DE CARREGAMENTO USB.	UND	5	R\$ 237,94	R\$ 1.189,70
<b>28</b>	TESTADOR DE VOLTAGEM DE FONTES MODELO ATX:TESTADOR DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO ARTX 20/24 PINOS, CONECTORES 24/20/8/6/4/FLOPPY/SATA/HDD COM DISPLAY LED E DIGITAL.	UND	3	R\$ 108,12	R\$ 324,36
<b>29</b>	ALICATE DE CRIMPAGEM RJ45 COM FUNÇÃO CORTE EZCRIMP.ALICATE DE CRIMPAGEM COM FUNÇÃO DE CORTE, E CONEXÃO EZCRIMP, PODENDO REALIZAR CRIMPAGEM DE RJ45	UND	15	R\$ 112,35	R\$ 1.685,25
<b>30</b>	CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0.CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0, ULTRA HD, 4K, 3D - 3 METROS	UND	30	R\$ 80,33	R\$ 2.409,90
<b>31</b>	ABRAÇADEIRA DE NYLON -	UND	100	R\$ 24,10	R\$ 2.410,00

	2,5MM DE 20 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES				
<b>32</b>	ABRAÇADEIRA DE NYLON - 4,8 MM DE 30 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R\$ 48,83	R\$ 4.883,00
<b>33</b>	FITA DUPLA FACE.FITA ADESIVA DUPLA FACE 5 METROS, MED. 19MM X 30M, SUPORTA ATÉ 3KG POR METRO	UND	30	R\$ 57,34	R\$ 1.720,20
<b>34</b>	TESTADOR CABO DE REDE. TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45, 11 LEDS INDICADORES DE CONEXÃO, BOTÃO DE POSIÇÃO (LIGADO/DESLIGADO E STAND-BY)	UND	30	R\$ 82,33	R\$ 2.469,90
<b>35</b>	CASE EXTERNO PARA M2.CONEXÃO USB 3.0 E TRANSFERÊNCIAS DE ATÉ 10 GBPS, COMPATÍVEL COM OS TAMANHOS 2230,2242,2260 E 2280, PLUG AND PLAY, M E B+M KEY.	UND	30	R\$ 143,94	R\$ 4.318,20
<b>36</b>	SWITCH 48 PORTAS NÃO GERENCIÁVEL +2P SFP: SWITCH 48P GIGABIT + 2P SFP 10/100/1000; PADRÕES IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z e IEEE 802.3x; 48 PORTAS ETHERNET BASE-T DE 10/100/1000 MBPS E SUPORTE MDI/MDIX AUTOMÁTICO; FORNEÇA 2 PORTAS SFP BASE-X INDEPENDENTES DE 1000 MBPS; SUPORTA TABELA DE	UND	30	R\$ 2.460,97	R\$ 73.829,10



<p>ENDEREÇO MAC DE 16K;          TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES 10 MBPS: 14880          PPS / 100 MBPS: 148800 PPS /          1000 MBPS: 1488000 PPS</p>					
				Valor total	R\$ 991.132,71

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual .

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos necessários para a contratação incluem:

- Ativos de rede (switches) que suportem as tecnologias de rede mais recentes, como IPv6, VLAN, QoS, e que garantam alta disponibilidade e segurança;
- Passivos de rede (cabos, conectores, racks, eletrocalha, canaleta, keystone, fita isolante, fita dupla face, parafusos, organizador de cabos, régua elétrica, alicate, kit de chave, pincel, parafusadeira, álcool isopropílico, testador de





fonte, case externo) com certificação e qualidade comprovada, garantindo a integridade e a performance da infraestrutura de rede;

- Critérios de sustentabilidade, como a preferência por equipamentos com eficiência energética, baixo consumo de energia e possibilidade de reciclagem;

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) após a emissão da Solicitação de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues na Rua João Emílio nº100, Bairro Centro, Navegantes/SC., aos cuidados do Departamento de Tecnologia da Informação ou em local que será oportunamente informado pela Secretaria solicitante.

5.3. O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a





formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.







6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE ENTREGA E PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





7.8. O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Conforme art. 65 da lei n. 14.133/2021 as condições de habilitação serão definidas em edital.

### **Habilitação jurídica**

8.4. A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.6. A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

### **Qualificação Técnica**

8.7. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

8.8. Apresentar Atestado ou Declaração de Qualificação Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produto compatível em características com o(s) item(ns) objeto desta licitação, cujo o licitante tenha apresentado proposta.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 991.132,71 (novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e dois reais, setenta e um centavos).





## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Por se tratar de REGISTRO DE PREÇO não é necessário indicar a dotação orçamentária

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a realização do procedimento licitatório.

Navegantes, 16 de setembro de 2024

---

**DITMAR ALFONSO ZIMATH**  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA





## ANEXO I – A

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação visa o registro de preços para aquisição de peças de informática, ativos e passivos de rede para atender às necessidades de manutenção e atualização dos sistemas de tecnologia da informação das entidades. A demanda se justifica pela necessidade contínua de reposição e atualização de componentes de hardware, garantindo a operação eficiente e segura da infraestrutura de TI. A aquisição programada desses materiais permitirá a rápida substituição de peças defeituosas e a modernização dos sistemas, evitando interrupções nos serviços prestados e assegurando a continuidade das operações.

#### 2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O município não possui Plano de Contratações Anual.

#### 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

Os requisitos necessários para a contratação incluem:

- Ativos de rede (switches) que suportem as tecnologias de rede mais recentes, como IPv6, VLAN, QoS, e que garantam alta disponibilidade e segurança;
- Passivos de rede (cabos, conectores, racks, eletrocalha, canaleta, keystone, fita isolante, fita dupla face, parafusos, organizador de cabos, régua elétrica, alicate, kit de chave, pincel, parafusadeira, álcool isopropílico, testador de fonte, case externo) com certificação e qualidade comprovada, garantindo a integridade e a performance da infraestrutura de rede;
- Critérios de sustentabilidade, como a preferência por equipamentos com eficiência energética, baixo consumo de energia e possibilidade de reciclagem;

#### 4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A pesquisa de preço, foi realizada considerando os parâmetros dispostos nos termos do Decreto Municipal n. 361/2023, em sites de internet, com o objetivo de identificar e buscar as soluções no mercado nacional que melhor atendam às necessidades e





interesses do Município de Navegantes/SC, por se tratarem de objetos comuns, a licitação na sua forma eletrônica é a solução mais viável para a Administração, levando em conta os princípios da economicidade, publicidade transparência e interesse público.

## 5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi baseada em um levantamento das necessidades dos diversos setores da entidade e em dados históricos de consumo, considerando o uso médio anual, a taxa de falhas e a necessidade de atualização tecnológica, bem como o percentil de novas infraestruturas demandadas no mesmo período.

## 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 A estimativa dos preços será feita por meio de pesquisa de mercado a ser realizada com pelo menos 03 (três) orçamentos por ITEM que ofereçam a solução proposta neste estudo preliminar. Na Tabela a seguir é apresentado o cálculo do valor estimado da contratação, com base na média de valor dos orçamentos apresentador:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAIXA CABO UTP CAT. 6 (300 METROS) (2021): CABO DE 4 PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE NU, 24 AWG, ISOLADOS EM POLIETILENO ESPECIAL. CAPA EXTERNA EM PVC NÃO PROPAGANTE À CHAMA, NA COR VERMELHA. MARCAÇÃO SEQÜENCIAL MÉTRICA DECRESCENTE (305 - 0 M) COM GRAVAÇÃO DE DIA/MÊS/ANO - HORA DE FABRICAÇÃO, SOLUÇÃO COMPLETA PARA CATEGORIA 6 QUE SUPERE OS	UND	200	R\$ 1.105,00	R\$ 221.000,00



	REQUISITOS PARA REDES 1 GIGABIT SOBRE CABOS METÁLICOS. EMBALAGEM PADRÃO: CAIXA FASTBOX COM NO MÍNIMO 300 M. CABO ELET. GIGALAN U/UTP 24AWGX4P CAT.6 CM VM ROHS. O PRODUTO DEVE ESTAR DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL				
<b>02</b>	CONECTOR MACHO RJ45 CAT. 6 (100 UNIDADES) (2021): PLUG CONECTOR DO TIPO RJ45 PARA USO EM CABEAMENTO ETHERNET COM CABOS. DEVE SEGUIR A ESPECIFICAÇÃO ANSI/TIA/EIA-568B.2. CAIXA OU PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES; CORPO EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0; MATERIAL DE CONTATO EM BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE NÍQUEL E OURO; DIÂMETRO DO CONDUTOR DE 26 A 22AWG	UND	100	R\$ 57,25	R\$ 5.725,00
<b>03</b>	RACK DE PAREDE PADRÃO 19":DIMENSÕES: 19 POLEGADAS COM ALTURA DE 12U E PROFUNDIDADE EXTERNA DE 470 MM, CARACTERÍSTICAS: CHAPA TRASEIRA PERFURADA PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, ESTRUTURA FEITA EM AÇO	UND	50	R\$ 646,02	R\$ 32.301,00

	<p>CARBONO PRÉ-ZINCADO COM ESPESSURA 0,95 MM, PINTURA EPÓXI-PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA, POSSUI 2 PLANOS DE RÉGUAS 19" (FRONTAL/TRASEIRO) REGULÁVEIS, SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE POSSIBILITA MONTAGEM E DESMONTAGEM ATRAVÉS DE PARAFUSOS, TAMPAS LATERAIS REMOVÍVEIS ATRAVÉS DE FECHO RÁPIDO (TRAVAS), PARTE SUPERIOR COM RECORTE REGULÁVEL PARA PASSAGEM DE CABOS, TETO COM ABERTURA PARA VENTILADORES, PORTA EM ACRÍLICO, TRAVAMENTO ATRAVÉS DE FECHOS LINGÜETA COM CHAVE E SEGREDOS INDIVIDUAIS, KIT DE FIXAÇÃO INCLUSO. (PORCAS GAIOLAS E PARAFUSOS M5).</p>				
<b>04</b>	<p>ELETROCALHA DE RECORTE FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 50X30X2000mm SENDO ACEITA A VARIÁVEL DE 50X35X200mm, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO</p>	UND	1.000	R\$ 59,66	R\$ 59.660,00
<b>05</b>	<p>ELETROCALHA DE RECORTE</p>	UND	2.000	R\$ 45,04	R\$ 90.080,00



	FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 22X22X2000MM, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO.				
06	CANALETA DE PVC PARA SUPERFÍCIE MEDINDO 20X12X200MM COM TAMPA, CONTENDO FIXAÇÃO ADESIVA, DEVERÁ CONTER PELÍCULA DE PROTEÇÃO COM VALIDADE DO ADESIVO DE NO MÍNIMO 2 ANOS APÓS A INSTALAÇÃO	UND	3.000	R\$ 54,66	R\$ 163.980,00
07	CAIXA DE SOBREPOR 2 SAÍDAS P/ KEYSTONES: CAIXA DE TOMADAS APARENTE DE PAREDE PARA KEYSTONES CAT 5E CAT 6 E CAT 6A. IDEAL PARA CABEAMENTO HORIZONTAL OU SECUNDÁRIO, USO INTERNO, EM PONTO DE ACESSO NA ÁREA DE TRABALHO, PARA ACOMODAÇÃO DE CONECTORES. CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO, NÃO PROPAGA A CHAMA UL 94 V-0. POSSUI ESPAÇO PARA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR. POSSUI JANELAS AUTO-RETRATEIS PARA	UND	1.000	R\$ 79,75	R\$ 79.750,00



	PROTEÇÃO CONTRA POEIRA DAS TOMADAS NÃO UTILIZADAS. DEVE SER FORNECIDA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO. POSSUIR CERTIFICAÇÃO UL LISTED E173971				
<b>08</b>	FITA ISOLANTE 20 METROS.APLICAÇÃO EM BAIXA VOLTAGEM, APROVAÇÃO PELAS AGÊNCIAS ABNT NBR NM 60454-3-1, ROHS COMPLIANT 2002/95/EC, COMPRIMENTO 20 METROS, ESPESSURA 0,13 MILÍMETRO, FAIXA DA TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 A 105 °C, LARGURA 18 MILÍMETROS, MATERIAL PVC, ADESIVO A BASE DE BORRACHA SENSÍVEL À PRESSÃO, RESINA DE BORRACHA, RESISTÊNCIA À RUPTURA 35 N/CM, RESISTENTE AOS RAIOS ULTRA VIOLETA .	UND	50	R\$ 19,47	R\$ 973,50
<b>09</b>	PARAFUSO FLANGEADO FENDA PHILIPS DE 4,2 X 25mm. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA FLANGEADA PHILLIPS 4,2 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA	UND	200	R\$ 33,84	R\$ 6.768,00

	NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PACOTE COM 100 UNIDADES				
10	PARAFUSO CABEÇA CHATA FENDA PHILIPS 4 X 40 MM. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 4 X 40 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PRODUZIDO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 71,84	R\$ 21.552,00
11	PARAFUSO CABEÇA CHATA PONTA AGULHA FENDA PHILIPS DE 3,5 X 25 MM: PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 3,5 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; DENSIDADE.CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 73,04	R\$ 21.912,00
12	CONECTOR FÊMEA MULTILAN CAT.6 KEYSTONE PADRÃO: SISTEMA, INSERÇÃO DO CABO EM ÂNGULO DE 90° OU 180°, COMPATÍVEL COM RJ-11, ACESSÓRIO PARA PROTEÇÃO DO CONTATO IDC E MANUTENÇÃO DO CABO CRIMPADO; POSSIBILIDADE DE CRIMPAGEM T568A OU T568B; MONTAGEM RÁPIDA	UND	2.000	R\$ 68.15	R\$ 136.300,00

	COM A FERRAMENTA "FAST TOOL" (NÃO NECESSITA PUNCH DOWN); IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIA NA FACE FRONTAL, TIPO DE CONECTOR: RJ-45 FÊMEA (KEYSTONE JACK), CONEXÃO TRASEIRA: PADRÃO 110 IDC, 8 POSIÇÕES, EM BRONZE FÓSFORO ESTANHADO, PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, MATERIAL DO CORPO DO PRODUTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0.				
13	ORGANIZADOR DE CABOS VELCRO DUPLA FACE: ROLO 15 MM DE LARGURA X 5 M DE COMPRIMENTO, A FRENTE DA FITA DEVE ADERIR NAS COSTAS DA MESMA, PODE SER EMENDADA UMA FITA COM A OUTRA, TIPO: FITA DUPLA FACE SLIM	UND	50	R\$ 53,47	R\$ 2.673,50
14	EXTENSÃO 3 VIAS 10 METROS 2P+T: EXTENSÃO ELÉTRICA TENDO NO MÍNIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, NO PADRÃO ABNT 2P+T COM CABO PP BLINDADO EM MATERIAL ANTICHAMA E CONECTOR MACHO FUNDIDO.	UND	50	R\$ 73,24	R\$ 3.662,00
15	BANDEJA APOIO NOTEBOOK.BANDEJA APOIO	UND	25	R\$ 134,93	R\$ 3.373,25

	PARA NOTEBOOK ACOPLÁVEL A SUPORTE DE PISTÃO NBH-2				
16	BANDEJA FIXA PARA RACK VENTILADA: BANDEJA FIXA PARA MONTAGEM EM RACK VENTILADA NA COR PRETA COM PINTURA EPOXI; TAMANHO 1U / 800 mm / 19";	UND	20	R\$ 188,77	R\$ 3.775,40
17	KIT PARAFUSO COM PORCA GAIOLA: PARAFUSO COM PORCA DO TIPO GAIOLA PARA RACK 12MM E ROSCA M5; COMPRIMENTO DO PARAFUSO 12MM; TIPO DA CABEÇA: REDONDA TIPO PANELA COM BASE CHATA; TIPO DE FENDA PARA CHAVE PHILIPS; ROSCA TIPO M5 COM PORCA GAIOLA EM ROSCA M5; DEVERÁ SER FORNECIDO PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	15	R\$ 95,73	R\$ 1.435,95
18	PATCH CORD CATEGORIA 6 COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 2,5 METROS; CORES VERMELHO, AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO, CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO	UND	100	R\$ 92,04	R\$ 9.204,00

	NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES 24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;				
19	PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT5e 1,5 METROS (2020): PATCH CORD CATEGORIA 5e COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 1,5 METROS; CORES AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO, CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES 24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;	UND	100	R\$ 51,13	R\$ 5.113,00

<b>20</b>	RÉGUA PARA RACK 6 TOMADAS NA DIAGONAL: RÉGUA PARA RACK PADRÃO 2 PINOS + TERRA EM FORMATO DIAGONAL; POSSUIR 6 TOMADAS; TAMANHO PADRÃO RACK 19; PINTURA EM EPOXI-PÓ TEXTURIZADA PRETO;	UND	150	R\$ 131,53	R\$ 19.729,50
<b>21</b>	LIMPA CONTATO DE SECAGEM RÁPIDA EM SPRAY COM PESAGEM MÍNIMA DE 300 ML E BICO APLICADOR	UND	50	R\$ 39,32	R\$ 1.966,00
<b>22</b>	KIT DE CHAVES PHILIPS 1/8 a 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")	UND	10	R\$ 71,49	R\$ 714,90
<b>23</b>	KIT DE CHAVE FENDA 1/8 A 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")	UND	10	R\$ 83,16	R\$ 831,60
<b>24</b>	PINCEL TRINCHA DE 1,5 POLEGADAS	UND	20	R\$ 24,06	R\$ 481,20
<b>25</b>	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO: EMBALAGEM	UND	15	R\$ 89,46	R\$ 1.341,90

	DE 1 LITRO, 99,8% DE PUREZA				
<b>26</b>	ALICATE DE BICO MEIA CANA RETA 6 POLEGADAS EM AÇO CROMO-VANÁDIO, CABO INJETADO EM PVC, ISOLAÇÃO DE 1000 VOLTS.	UND	20	R\$ 79,47	R\$ 1.589,40
<b>27</b>	PARAFUSADEIRA DE MÃO:TENSÃO INICIAL DA BATERIA: 4V - TENSÃO NOMINAL: 3,6V; BATERIA DE LÍTIO 1.5AH; NÚMERO DE ROTAÇÕES 300RPM; NÚMERO DE TORQUE MÁX 2.5 N.M; CONTÉM 24 BITS PARA PARAFUSAR (H5, H4, H3, T20, T15, T10, S2, S1, S0, SL5, SL4, SL3, PZ2, PZ1, PH3, PH2, PH1); 01 CABO DE CARREGAMENTO USB.	UND	5	R\$ 237,94	R\$ 1.189,70
<b>28</b>	TESTADOR DE VOLTAGEM DE FONTES MODELO ATX:TESTADOR DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO ARTX 20/24 PINOS, CONECTORES 24/20/8/6/4/FLOPPY/SATA/HDD COM DISPLAY LED E DIGITAL.	UND	3	R\$ 108,12	R\$ 324,36
<b>29</b>	ALICATE DE CRIMPAGEM RJ45 COM FUNÇÃO CORTE EZCRIMP.ALICATE DE CRIMPAGEM COM FUNÇÃO DE CORTE, E CONEXÃO EZCRIMP, PODENDO REALIZAR CRIMPAGEM DE RJ45	UND	15	R\$ 112,35	R\$ 1.685,25
<b>30</b>	CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0.CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0, ULTRA HD, 4K,	UND	30	R\$ 80,33	R\$ 2.409,90

	3D - 3 METROS				
31	ABRAÇADEIRA DE NYLON - 2,5MM DE 20 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R\$ 24,10	R\$ 2.410,00
32	ABRAÇADEIRA DE NYLON - 4,8 MM DE 30 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R\$ 48,83	R\$ 4.883,00
33	FITA DUPLA FACE.FITA ADESIVA DUPLA FACE 5 METROS, MED. 19MM X 30M, SUPORTA ATÉ 3KG POR METRO	UND	30	R\$ 57,34	R\$ 1.720,20
34	TESTADOR CABO DE REDE. TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45, 11 LEDS INDICADORES DE CONEXÃO, BOTÃO DE POSIÇÃO (LIGADO/DESLIGADO E STAND-BY)	UND	30	R\$ 82,33	R\$ 2.469,90
35	CASE EXTERNO PARA M2.CONEXÃO USB 3.0 E TRANSFERÊNCIAS DE ATÉ 10 GBPS, COMPATÍVEL COM OS TAMANHOS 2230,2242,2260 E 2280, PLUG AND PLAY, M E B+M KEY.	UND	30	R\$ 143,94	R\$ 4.318,20
36	SWITCH 48 PORTAS NÃO GERENCIÁVEL +2P SFP: SWITCH 48P GIGABIT + 2P SFP 10/100/1000; PADRÕES IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z e IEEE 802.3x; 48 PORTAS ETHERNET BASE-T DE 10/100/1000 MBPS E SUPORTE MDI/MDIX AUTOMÁTICO; FORNEÇA 2 PORTAS SFP BASE-X	UND	30	R\$ 2.460,97	R\$ 73.829,10





	INDEPENDENTES DE 1000 MBPS; SUPORTA TABELA DE ENDEREÇO MAC DE 16K; TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES 10 MBPS: 14880 PPS / 100 MBPS: 148800 PPS / 1000 MBPS: 1488000 PPS				
Valor total					R\$ 991.132,71

**6.2** Considerando os orçamentos encontrados, optou-se pelo uso do **MENOR VALOR POR ITEM**, que resultou no valor orçado estimado de R\$ 991.132,71 (novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e dois reais, setenta e um centavos), por entendermos que o preço já se encontra suficientemente refletindo o mercado.

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução inclui:

- Fornecimento de peças de informática e ativos/passivos de rede conforme especificado.
- Garantia estendida e suporte técnico especializado.
- Programas de reciclagem e práticas de sustentabilidade.

A escolha da solução é justificada pela melhor relação custo-benefício, alinhamento com práticas sustentáveis e suporte técnico eficiente, proporcionando maior segurança e continuidade operacional.

## 8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO:

Os itens a serem adquiridos são divisíveis, permitindo o parcelamento da solução. A adjudicação por item possibilita maior flexibilidade na gestão do contrato e facilita a aquisição conforme a demanda, otimizando os recursos financeiros e logísticos.

## 9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam interferir no planejamento da futura contratação. A integração com sistemas





e componentes já existentes será gerida internamente pela equipe de TI da entidade, garantindo a compatibilidade e a eficiência.

## **10 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Os resultados pretendidos incluem:

- Manutenção e atualização contínua da infraestrutura de TI.
- Melhoria na eficiência operacional e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- Redução de custos operacionais através da modernização de equipamentos e da adoção de práticas sustentáveis.
- Aumento da segurança e da disponibilidade dos sistemas de informação.
- Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

## **11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

As providências a serem adotadas pela administração antes da celebração do contrato incluem:

- Capacitação dos servidores para a gestão e fiscalização contratual.
- Adequação do ambiente físico para receber e armazenar os novos equipamentos.
- Revisão dos sistemas de TI para garantir a compatibilidade com os novos componentes.
- Planejamento logístico para a distribuição e instalação dos equipamentos.

## **12 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Os possíveis impactos ambientais incluem o consumo de energia e o descarte de componentes obsoletos. As medidas mitigadoras previstas são:

- Preferência por equipamentos com alta eficiência energética para reduzir o consumo de energia.
- Implementação de programas de reciclagem e logística reversa para o descarte adequado dos componentes obsoletos.
- Promoção de práticas de sustentabilidade entre os fornecedores e parceiros.

## **13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**





A contratação é viável e razoável para atender às necessidades da entidade. A adequação técnica, operacional e orçamentária da contratação está comprovada, garantindo a continuidade e a modernização da infraestrutura de TI.

Navegantes, 16 de setembro de 2024.

---

**DITMAR ALFONSO ZIMATH**  
Secretário de Administração e Logística

---

**GREGORY COUTO**  
Assessor Técnico I





## ANEXO I-B

### JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº 144/2024, item 13.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 13.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado  $> 1,00$  é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.





## ANEXO II

### HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo (a) Pregoeiro (a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via chat no sistema **Licitacão Digital**, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e





eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, além do art. 59, § 2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.





**ANEXO III**

**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO**

Objeto: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.**

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	<b>TOTAL EM R\$</b>					
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					





	<b>DADOS DO PROPONENTE</b>
	Nome:
	Razão Social:

	Endereço Completo:
	CNPJ:
	Telefone: E-mail:
	<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> (não inferior a 60 dias corridos):
	<b>PRAZO PARA ENTREGA:</b>
	<b>GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:</b> Mínima de 01 (um) ano.
	<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:</b> Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediante emissão de nota fiscal).
	<b>LOCAL PARA ENTREGA:</b>
	<b>LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:</b>

LOCAL/DATA \_\_\_\_\_

Agência Bancaria nº \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

Conta-Corrente nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!







#### ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada \_\_\_\_\_(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a





Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.

j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

#### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 144/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_ seu \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





**ANEXO VI**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2024  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM CADASTRO DE RESERVA**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**N.º .....**

Aos.....do mês.....do ano 2024 na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e pelo Secretário Municipal de Administração e logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, nomeado através da Portaria n. 01/2021, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 144/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 144/2024, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 361/2023, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro...,Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

<b>Código</b>	<b>Empresa</b>	<b>Itens</b>

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o





**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.**

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

**FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA**

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal de Navegantes relacionadas no objeto deste Edital;

2.3. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

2.4. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.





2.5. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

3.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;





4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. A formação de cadastro de reserva será utilizada para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação no valor do adjudicatário, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.







## **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1. Compete ao Órgão Gestor:

6.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

6.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

6.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

6.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

6.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

6.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

6.7. Emitir a autorização de compra;

6.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

6.9. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

6.10. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

6.11. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;





- 6.12. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 6.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 6.14. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 6.15. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 6.16. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.17. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 6.18. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
6. 19. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 6.20. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 6.21. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 6.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 6.23. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.





6.24. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;

6.25. O Material deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o envio da Ordem de Compra.

6.25. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

6.27. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

## **7. CLÁUSULASÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.





7.6. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

7.8. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.9. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.10. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.11. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.12. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.13. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.





8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, após o fornecimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento dos materiais emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas na ATA;

9.2. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS MATERIAIS;

9.3. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

9.4. O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;





9.5. Todos os materiais deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital;

9.6. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os materiais fornecidos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

9.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

9.8. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;





b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

**11.7.** Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.





11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(s) registrado(s)







Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade





## ANEXO VII

### MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

### MINUTA PARA AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º ...../.....

EDITAL DE ..... N.º ...../.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ...../.....,

QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC,

..... E

.....

**O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º ..... e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. ..../....*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DA PREFEITURA DE NAVEGANTES ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC.** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAIXA CABO UTP CAT. 6 (300 METROS) (2021): CABO DE 4 PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE NU, 24 AWG, ISOLADOS EM POLIETILENO ESPECIAL. CAPA EXTERNA EM PVC NÃO PROPAGANTE À CHAMA, NA COR VERMELHA. MARCAÇÃO SEQÜENCIAL MÉTRICA DECRESCENTE (305 - 0 M) COM GRAVAÇÃO DE DIA/MÊS/ANO - HORA DE FABRICAÇÃO, SOLUÇÃO COMPLETA PARA CATEGORIA 6 QUE SUPERE OS REQUISITOS PARA REDES 1 GIGABIT SOBRE CABOS METÁLICOS. EMBALAGEM PADRÃO: CAIXA FASTBOX COM NO MÍNIMO 300 M. CABO ELET. GIGALAN U/UTP 24AWGX4P CAT.6 CM VM ROHS. O PRODUTO DEVE ESTAR DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL	UND	200	R\$ 1.105,00	R\$ 221.000,00
02	CONECTOR MACHO RJ45 CAT. 6 (100 UNIDADES) (2021): PLUG CONECTOR DO TIPO RJ45 PARA USO EM CABEAMENTO ETHERNET COM CABOS. DEVE SEGUIR A ESPECIFICAÇÃO	UND	100	R\$ 57,25	R\$ 5.725,00

	ANSI/TIA/EIA-568B.2. CAIXA OU PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES; CORPO EM TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0; MATERIAL DE CONTATO EM BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE NÍQUEL E OURO; DIÂMETRO DO CONDUTOR DE 26 A 22AWG				
<b>03</b>	RACK DE PAREDE PADRÃO 19":DIMENSÕES: 19 POLEGADAS COM ALTURA DE 12U E PROFUNDIDADE EXTERNA DE 470 MM, CARACTERÍSTICAS: CHAPA TRASEIRA PERFURADA PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, ESTRUTURA FEITA EM AÇO CARBONO PRÉ-ZINCADO COM ESPESSURA 0,95 MM, PINTURA EPÓXI-PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA, POSSUI 2 PLANOS DE RÉGUAS 19" (FRONTAL/TRASEIRO) REGULÁVEIS, SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE POSSIBILITA MONTAGEM E DESMONTAGEM ATRAVÉS DE PARAFUSOS, TAMPAS LATERAIS REMOVÍVEIS ATRAVÉS DE FECHO RÁPIDO (TRAVAS), PARTE SUPERIOR COM RECORTE REGULÁVEL PARA PASSAGEM DE CABOS, TETO COM ABERTURA PARA	UND	50	R\$ 646,02	R\$ 32.301,00

	VENTILADORES, PORTA EM ACRÍLICO, TRAVAMENTO ATRAVÉS DE FECHOS LINGÜETA COM CHAVE E SEGREDOS INDIVIDUAIS, KIT DE FIXAÇÃO INCLUSO. (PORCAS GAIOLAS E PARAFUSOS M5).				
<b>04</b>	ELETROCALHA DE RECORTE FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 50X30X2000mm SENDO ACEITA A VARIÁVEL DE 50X35X200mm, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO	UND	1.000	R\$ 59,66	R\$ 59.660,00
<b>05</b>	ELETROCALHA DE RECORTE FECHADO: POSSUINDO AS DIMENSÕES DE 22X22X2000MM, FABRICADA EM PVC RÍGIDO AUTOEXTINGUÍVEL, COM TAMPA, DEVENDO POSSUIR AS FURAÇÕES NA BASE PARA FIXAÇÃO.	UND	2.000	R\$ 45,04	R\$ 90.080,00
<b>06</b>	CANALETA DE PVC PARA SUPERFÍCIE MEDINDO 20X12X200MM COM TAMPA, CONTENDO FIXAÇÃO ADESIVA, DEVERÁ CONTER PELÍCULA DE PROTEÇÃO COM VALIDADE DO ADESIVO DE NO MÍNIMO 2 ANOS APÓS A INSTALAÇÃO	UND	3.000	R\$ 54,66	R\$ 163.980,00

07	CAIXA DE SOBREPOR 2 SAÍDAS P/ KEYSTONES: CAIXA DE TOMADAS APARENTE DE PAREDE PARA KEYSTONES CAT 5E CAT 6 E CAT 6A. IDEAL PARA CABEAMENTO HORIZONTAL OU SECUNDÁRIO, USO INTERNO, EM PONTO DE ACESSO NA ÁREA DE TRABALHO, PARA ACOMODAÇÃO DE CONECTORES. CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO, NÃO PROPAGA A CHAMA UL 94 V-0. POSSUI ESPAÇO PARA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR. POSSUI JANELAS AUTO-RETRATEIS PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA DAS TOMADAS NÃO UTILIZADAS. DEVE SER FORNECIDA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO. POSSUIR CERTIFICAÇÃO UL LISTED E173971	UND	1.000	R\$ 79,75	R\$ 79.750,00
08	FITA ISOLANTE 20 METROS.APLICAÇÃO EM BAIXA VOLTAGEM, APROVAÇÃO PELAS AGÊNCIAS ABNT NBR NM 60454-3-1, ROHS COMPLIANT 2002/95/EC, COMPRIMENTO 20 METROS, ESPESSURA 0,13 MILÍMETRO, FAIXA DA TEMPERATURA DE	UND	50	R\$ 19,47	R\$ 973,50



	OPERAÇÃO 0 A 105 °C, LARGURA 18 MILÍMETROS, MATERIAL PVC, ADESIVO A BASE DE BORRACHA SENSÍVEL À PRESSÃO, RESINA DE BORRACHA, RESISTÊNCIA À RUPTURA 35 N/CM, RESISTENTE AOS RAIOS ULTRA VIOLETA .				
<b>09</b>	PARAFUSO FLANGEADO FENDA PHILIPS DE 4,2 X 25mm. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA FLANGEADA PHILLIPS 4,2 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	200	R\$ 33,84	R\$ 6.768,00
<b>10</b>	PARAFUSO CABEÇA CHATA FENDA PHILIPS 4 X 40 MM. PARAFUSO: AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 4 X 40 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; BUCHA: COM ANEL PARA IMPEDIR QUE A BUCHA PENETRE NO FURO. DEVE APRESENTAR ALETAS E BRAÇOS PARA QUE A BUCHA NÃO GIRE DENTRO DO FURO, PRODUZIDO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 71,84	R\$ 21.552,00

11	PARAFUSO CABEÇA CHATA PONTA AGULHA FENDA PHILIPS DE 3,5 X 25 MM: PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 3,5 X 25 MM - FERRO ZINCADO GRAU 2; DENSIDADE.CAIXA COM 500 UNIDADES	UND	300	R\$ 73,04	R\$ 21.912,00
12	CONECTOR FÊMEA MULTILAN CAT.6 KEYSTONE PADRÃO: SISTEMA, INSERÇÃO DO CABO EM ÂNGULO DE 90° OU 180°, COMPATÍVEL COM RJ-11, ACESSÓRIO PARA PROTEÇÃO DO CONTATO IDC E MANUTENÇÃO DO CABO CRIMPADO; POSSIBILIDADE DE CRIMPAGEM T568A OU T568B; MONTAGEM RÁPIDA COM A FERRAMENTA "FAST TOOL" (NÃO NECESSITA PUNCH DOWN); IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIA NA FACE FRONTAL, TIPO DE CONECTOR: RJ-45 FÊMEA (KEYSTONE JACK), CONEXÃO TRASEIRA: PADRÃO 110 IDC, 8 POSIÇÕES, EM BRONZE FÓSFORO ESTANHADO, PARA CONDUTORES DE 22 A 26 AWG, MATERIAL DO CORPO DO PRODUTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0.	UND	2.000	R\$ 68.15	R\$ 136.300,00



<b>13</b>	ORGANIZADOR DE CABOS VELCRO DUPLA FACE: ROLO 15 MM DE LARGURA X 5 M DE COMPRIMENTO, A FRENTE DA FITA DEVE ADERIR NAS COSTAS DA MESMA, PODE SER EMENDADA UMA FITA COM A OUTRA, TIPO: FITA DUPLA FACE SLIM	UND	50	R\$ 53,47	R\$ 2.673,50
<b>14</b>	EXTENSÃO 3 VIAS 10 METROS 2P+T: EXTENSÃO ELÉTRICA TENDO NO MÍNIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, NO PADRÃO ABNT 2P+T COM CABO PP BLINDADO EM MATERIAL ANTICHAMA E CONECTOR MACHO FUNDIDO.	UND	50	R\$ 73,24	R\$ 3.662,00
<b>15</b>	BANDEJA APOIO NOTEBOOK. BANDEJA APOIO PARA NOTEBOOK ACOPLÁVEL A SUPORTE DE PISTÃO NBH-2	UND	25	R\$ 134,93	R\$ 3.373,25
<b>16</b>	BANDEJA FIXA PARA RACK VENTILADA: BANDEJA FIXA PARA MONTAGEM EM RACK VENTILADA NA COR PRETA COM PINTURA EPOXI; TAMANHO 1U / 800 mm / 19";	UND	20	R\$ 188,77	R\$ 3.775,40
<b>17</b>	KIT PARAFUSO COM PORCA GAIOLA: PARAFUSO COM PORCA DO TIPO GAIOLA PARA RACK 12MM E ROSCA M5; COMPRIMENTO DO PARAFUSO 12MM; TIPO DA CABEÇA: REDONDA TIPO PANELA COM BASE CHATA;	UND	15	R\$ 95,73	R\$ 1.435,95

	TIPO DE FENDA PARA CHAVE PHILIPS; ROSCA TIPO M5 COM PORCA GAIOLA EM ROSCA M5; DEVERÁ SER FORNECIDO PACOTE COM 100 UNIDADES				
<b>18</b>	PATCH CORD CATEGORIA 6 COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 2,5 METROS; CORES VERMELHO, AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO, CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES 24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;	UND	100	R\$ 92,04	R\$ 9.204,00
<b>19</b>	PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT5e 1,5 METROS (2020): PATCH CORD CATEGORIA 5e COM SUPORTE A POE 802.3af E 802.3at; COMPRIMENTO DE 1,5 METROS; CORES AZUL, VERDE, BRANCO, AMARELO,	UND	100	R\$ 51,13	R\$ 5.113,00



	CINZA E PRETO; COM RJ 45 NAS DUAS PONTAS; CABOS DEVERÃO SER MONTADOS E TESTADOS EM FABRICA, NÃO SENDO ACEITO CABOS PRODUZIDOS POR TERCEIROS; CONDUTOR EM COBRE ELETROLÍTICO NÚ COMPOSTO POR 7 FILAMENTOS DE DIAMETRO NOMINAL DE 0,20 mm COMPOSTO POR 4 PARES 24AWG; PADRÃO DE MONTAGEM T568A COM PLUGS EM TERMOPLÁSTICO TRANSPARENTE; MATERIAL DE CONTATO ELÉTRICO EM 8 VIAS DE BRONZE FOSFOROSO COMPOSTO DE OURO E NÍQUEL;				
20	RÉGUA PARA RACK 6 TOMADAS NA DIAGONAL: RÉGUA PARA RACK PADRÃO 2 PINOS + TERRA EM FORMATO DIAGONAL; POSSUIR 6 TOMADAS; TAMANHO PADRÃO RACK 19; PINTURA EM EPOXI-PÓ TEXTURIZADA PRETO;	UND	150	R\$ 131,53	R\$ 19.729,50
21	LIMPA CONTATO DE SECAGEM RÁPIDA EM SPRAY COM PESAGEM MÍNIMA DE 300 ML E BICO APLICADOR	UND	50	R\$ 39,32	R\$ 1.966,00
22	KIT DE CHAVES PHILIPS 1/8 a 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E	UND	10	R\$ 71,49	R\$ 714,90



	FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")				
23	KIT DE CHAVE FENDA 1/8 A 5/16, COMPOSTA EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM PONTAS MAGNETIZADAS E FOSFATIZADAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3 x 75 mm (1/8" x 3") – 5 x 100 mm (3/16" x 4") – 6 x 100 mm (1/4" x 4") – 6 x 150 mm (1/4" x 6") – 8 x 150 mm (5/16" x 6")	UND	10	R\$ 83,16	R\$ 831,60
24	PINCEL TRINCHA DE 1,5 POLEGADAS	UND	20	R\$ 24,06	R\$ 481,20
25	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO: EMBALAGEM DE 1 LITRO, 99,8% DE PUREZA	UND	15	R\$ 89,46	R\$ 1.341,90
26	ALICATE DE BICO MEIA CANA RETA 6 POLEGADAS EM AÇO CROMO-VANÁDIO, CABO INJETADO EM PVC, ISOLAÇÃO DE 1000 VOLTS.	UND	20	R\$ 79,47	R\$ 1.589,40
27	PARAFUSADEIRA DE MÃO: TENSÃO INICIAL DA BATERIA: 4V - TENSÃO NOMINAL: 3,6V; BATERIA DE LÍTIO 1.5AH; NÚMERO DE ROTAÇÕES 300RPM; NÚMERO DE TORQUE MÁX 2.5 N.M; CONTÉM 24 BITS PARA PARAFUSAR (H5, H4, H3, T20, T15, T10, S2, S1, S0, SL5, SL4, SL3, PZ2, PZ1, PH3, PH2, PH1);	UND	5	R\$ 237,94	R\$ 1.189,70

	01 CABO DE CARREGAMENTO USB.				
<b>28</b>	TESTADOR DE VOLTAGEM DE FONTES MODELO ATX:TESTADOR DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO ARTX 20/24 PINOS, CONECTORES 24/20/8/6/4/FLOPPY/SATA/HDD COM DISPLAY LED E DIGITAL.	UND	3	R\$ 108,12	R\$ 324,36
<b>29</b>	ALICATE DE CRIMPAGEM RJ45 COM FUNÇÃO CORTE EZCRIMP.ALICATE DE CRIMPAGEM COM FUNÇÃO DE CORTE, E CONEXÃO EZCRIMP, PODENDO REALIZAR CRIMPAGEM DE RJ45	UND	15	R\$ 112,35	R\$ 1.685,25
<b>30</b>	CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0.CABO MICRO HDMI PARA HDMI 2.0, ULTRA HD, 4K, 3D - 3 METROS	UND	30	R\$ 80,33	R\$ 2.409,90
<b>31</b>	ABRAÇADEIRA DE NYLON - 2,5MM DE 20 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R\$ 24,10	R\$ 2.410,00
<b>32</b>	ABRAÇADEIRA DE NYLON - 4,8 MM DE 30 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	100	R\$ 48,83	R\$ 4.883,00
<b>33</b>	FITA DUPLA FACE.FITA ADESIVA DUPLA FACE 5 METROS, MED. 19MM X 30M, SUPORTA ATÉ 3KG POR METRO	UND	30	R\$ 57,34	R\$ 1.720,20
<b>34</b>	TESTADOR CABO DE REDE. TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45, 11 LEDS INDICADORES DE CONEXÃO, BOTÃO DE POSIÇÃO	UND	30	R\$ 82,33	R\$ 2.469,90

	(LIGADO/DESLIGADO E STAND-BY)				
<b>35</b>	CASE EXTERNO PARA M2.CONEXÃO USB 3.0 E TRANSFERÊNCIAS DE ATÉ 10 GBPS, COMPATÍVEL COM OS TAMANHOS 2230,2242,2260 E 2280, PLUG AND PLAY, M E B+M KEY.	UND	30	R\$ 143,94	R\$ 4.318,20
<b>36</b>	SWITCH 48 PORTAS NÃO GERENCIÁVEL +2P SFP: SWITCH 48P GIGABIT + 2P SFP 10/100/1000; PADRÕES IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z e IEEE 802.3x; 48 PORTAS ETHERNET BASE-T DE 10/100/1000 MBPS E SUPORTE MDI/MDIX AUTOMÁTICO; FORNEÇA 2 PORTAS SFP BASE-X INDEPENDENTES DE 1000 MBPS; SUPORTA TABELA DE ENDEREÇO MAC DE 16K; TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES 10 MBPS: 14880 PPS / 100 MBPS: 148800 PPS / 1000 MBPS: 1488000 PPS	UND	30	R\$ 2.460,97	R\$ 73.829,10
Valor total					R\$ 991.132,71

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ .....

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade





7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na entrega dos itens por culpa do Contratado.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos







manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;





9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

9.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;





- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**iv. Multa:**

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.





13.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal 361/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.





## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Navegantes/SC, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO







## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: BZW48-NMWQ5-ZMFQ9-UGBY5

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ DITMAR ALFONSO ZIMATH (CPF \*\*\*.983.039-\*\*) em 11/10/2024 15:40 -  
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosign.com.br/validate/BZW48-NMWQ5-ZMFQ9-UGBY5>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosign.com.br/validate>